

Trabalho aos assistidos

Dados divulgados esta semana pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que quase 20% da renda das famílias brasileiras em todo País vêm de transferências previdenciárias e programas assistenciais do governo, uma tendência que, segundo o órgão, se consolidou nas últimas décadas, especialmente a partir da Constituição de 1988. Os números dão conta de que aproximadamente 21 milhões de pessoas conseguiram sobrepor a linha de pobreza, a partir da introdução de programas sociais que auxiliaram no combate à miséria extrema e no fortalecimento de camadas intermediárias.

Todas as regiões brasileiras foram beneficiadas com a situação, sobretudo as regiões Norte e Nordeste, sendo o Piauí o estado com a maior participação das transferências nos rendimentos de 31,2%. O estudo também mostra que a cobertura previdenciária direta da população com idade ativa de 16 a 64 anos de idade passou de 37,4%, em 1978, para 49,9%, em 2008, incluindo quem contribuiu e os beneficiários do sistema. No caso da cobertura indireta, como o cônjuge de chefe contribuinte, a cobertura passou de 14,4%, em 1978, para 15,6%, em 2008. O total representa 81 milhões de pessoas, praticamente a metade da população brasileira.

Se, por um lado, as políticas assistencialistas revelaram-se eficazes em um cenário de pobreza extrema, por outro elas oferecem o risco de conso-

"O momento eleitoral é oportuno para o debate visando a formulação de novas políticas dirigidas à criação de frentes de trabalho"

lidar uma cultura de benevolência que acabará, no futuro, cerceando as oportunidades de aproveitamento do potencial produtivo do cidadão, limitando os mecanismos para que ele gere renda e saia da miséria por seus próprios meios. Mesmo que reconhecida a necessidade premente dessas iniciativas, há de se ressaltar que os recursos dirigidos à manutenção dos projetos sociais são extremamente elevados, obrigando a sobrecarga dos contribuintes e dos setores produtivos.

O momento eleitoral é, sem dúvida, oportuno para o debate visando a formulação de novas políticas dirigidas à criação de frentes de trabalho para o aproveitamento desse contingente de assistidos, especialmente em áreas que não exigem níveis elevados de especialização da mão-de-obra. Enfatizar, nesse momento, a geração de renda por meio da ocupação de trabalhadores em projetos voltados à melhoria das condições de vida da população, como habitação, saneamento e infraestrutura urbana, é de fundamental importância e, por isso, deve estar entre as principais prioridades das autoridades públicas.

Propiciar o aumento das oportunidades no mercado de trabalho resultará no fortalecimento da economia e, como resultante, na redução da grande distância que separa os poucos ricos dos muitos pobres brasileiros, um contingente que, por certo, deseja menos complacência e mais dignidade.

CAMPO NEUTRO

20 anos do Cidoc

ADELINO RODRIGUES

A Cidade de Santos pode ser considerada pioneira na defesa dos interesses dos consumidores. É que em 1983, a Câmara Municipal aprovou o projeto, de minha autoria e aprovado por todos os vereadores, criando o C.A.C. - Centro de Apoio ao Consumidor. Estabelecia-se, naquele momento, um compromisso verdadeiro com a informação, orientação e conciliação entre consumidores e fornecedores, com ênfase na conscientização dos consumidores.

Cinco anos após, veio a Constituição de 1988 e estabeleceu os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros, classificando-os como cláusulas pétreas, ou seja, sem qualquer possibilidade de alteração posterior. Uma lei fundamental no histórico da evolução da cidadania.

Assim, em 27 de julho de 1990, portanto, há vinte anos, era criado pela Prefeitura de

Santos o Cidoc - Centro de Informação, Defesa e Orientação ao Consumidor, hoje subordinado à Secretaria de Defesa da Cidadania, que viria a manter convênio com a Fundação Procon, da Secretaria de Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, convênio esse celebrado em 6 de março de 2002.

A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e em vigor desde 11 de março de 1991, que criou o Código de Defesa do Consumidor, dispensa, hoje, grandes apresentações. Ao estabelecer deveres e obrigações aos fornecedores, possibilitou avanços no tocante à educação, à proteção e à garantia dos direitos dos consumidores.

Ao Cidoc, cabe acompanhar de perto a trajetória de tomada de consciência do cidadão enquanto consumidor, possibilitando a compreensão exata da legislação; informando, defendendo e orientando na hora da

compra dos produtos ou contratação de serviços, além de promover a conciliação entre as partes envolvidas, bem como fiscalizar o mercado de consumo e aplicar as sanções administrativas previstas no Código e em normas pertinentes, estabelecendo contato estreito com a Promotoria de Defesa do Consumidor e com os órgãos de defesa dos consumidores. Com o atendimento que é dado no Poupatempo, a população pode e deve sentir-se mais segura, na exata medida em que estamos nos aperfeiçoando a cada momento, a cada nova reclamação.

É claro que o trabalho incessante dos funcionários do Cidoc merece destaque pela dedicação que ao longo dos anos possibilitou uma relação de amizade com as pessoas. Vale lembrar o apoio que o órgão vem recebendo do prefeito Papa e de seus secretários, bem como da direção do Procon de São Paulo

Tempo

Sábado (21) com sol e muitas nuvens durante o dia. Períodos de nublado, com chuva a qualquer hora. Temperaturas: 18° e 23° C.

Domingo (22) com sol e algumas nuvens. Não chove. Temperaturas: 16° a 27° C.

Fonte: climatempo.com.br

TÁ FALADO

"Faz uns 20 anos que estou com sorte. Fica em casa para ver se a sorte vai te ajudar. Tem que ir à luta e trabalhar muito".

Muricy Ramalho, ao ser convidado para ser o novo técnico da seleção brasileira, ressaltando que o reconhecimento ao seu trabalho derivou da dedicação profissional como jogador e técnico de futebol

"Será que é o futuro da humanidade que estamos decidindo aqui?"

Alberto Goldman, governador paulista, impressionado com o grande número de jornalistas presentes à reunião realizada para buscar alternativas para que São Paulo possa sediar a abertura da Copa de 2014, e que terminou sem qualquer resultado prático.

Indicadores

Poupança Jul/Ago
24 - 0,6150
25 - 0,5600
26 - 0,5278
27 - 0,5564
28 - 0,5811
01 - 0,6157
02 - 0,5851

Inflação (IGP-M)
Junho: 0,85%
12 meses: 5,18%
Câmbio (R\$)
Dólar Paralelo: 207
Compra: 1,86
Venda: 1,96
Salário Mínimo
R\$ 510,00 (BR)
R\$ 560,00 (SP)

Imposto de Renda na Fonte		
Base (R\$)	Alíquota (%)	Deduzir (R\$)
Até 1.499,15	Isento	-
De 1.499,16 a 2.246,75	7,5	112,43
De 2.246,76 a 2.995,70	15	280,94
De 2.995,71 a 3.743,19	22,5	505,62
Acima de 3.743,19	27,5	692,78

INSS - Mês de Competência: Julho	
Trabalhador assalariado e doméstica	
Salário base (R\$)	Alíquota
Até 965,67	8%
De 965,68 a 1.609,45	9%
De 1.609,46 até 3.218,90	11%
Empregador	12%

DIEGO E CHAVES ENCONTRO BOMBÁSTICO

CARACAS!



FALA DO LEITOR

Política e mercado

No artigo *Entre a política e o mercado*, publicado na edição passada do *Boqueirão*, o jornalista Fernando De Maria procurou fazer uma avaliação crítica da proposta de alteração à Lei de Uso e Ocupação do Solo de Santos apresentada pelo Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo e pelo Fórum da Cidadania - Comitê do Plano Diretor Participativo ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Santos - CMDU. Nossa intenção não é polemizar com as posições do articulista, mas alertar para o fato de que o artigo foi construído a partir de informações incorretas sobre nossa proposta. Em primeiro lugar, não é verdade que propomos adicional construtivo oneroso (outorga onerosa) "...desde que a diferença seja destinada para a construção de habitações em áreas periféricas para atender a classe média...", conforme informado no artigo. Nossa proposta é que a aplicação dessa ferramenta na Zona da Orla recupere parte da valorização social do solo para investi-la em áreas da cidade que apresentem déficits de urbanização ou necessitem de melhorias. Nas zonas Intermediária, Central e Noroeste, nossa proposta é que a outorga tenha papel diferente e funcione como instrumento para conter a valorização do solo e incentivar a construção de empreendimentos destinados ao mercado popular (faixas de renda de 6 a 10 SMs). Portanto, não propomos dispositivos vinculando a construção nas zonas mais valorizadas à oferta de habitações populares e sim mecanismos que contenham a supervalorização do solo urbano e incentivem empreendimentos para a classe média. Em segundo lugar, não é verdade que a proposta libera o adensamento ou a verticalização, uma vez que propomos substancial redução das áreas que hoje não entram no computo do Coeficiente de Aproveitamento, índice que é determinante na definição da altura dos edifícios. Uma terceira consideração é sobre a faixa de 0 a 5 SMs. Entendemos que Santos já dispõe de aparato legal bastante eficaz para fazer frente aos déficits do setor, porém não vem utilizando as ferramentas à disposição, particularmente as previstas na Lei Municipal 551/2005, que regulamenta a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade em Santos. Por essa razão, estamos propondo ao CMDU que após os trabalhos de revisão do Plano Diretor sejam discutidos programas estratégicos objetivando implementar medidas para ampliar e acelerar o atendimento a essa faixa de rendas.

Adelino é jornalista e Coordenador do Cidoc/Procon em Santos

FOI NOTÍCIA

17 a 23 de julho

Urnas renovadas

A Justiça Eleitoral renovou mais de 40% das urnas eletrônicas que serão usadas nas eleições de 2010. Das 450 mil urnas que serão distribuídas em 400 mil pontos de votação pelo País, 187 mil são do modelo 2009 (o mais recente) e 150 mil do modelo 2000.

Gel vaginal

Um estudo sul-africano revelou que o uso de um gel vaginal composto por antirretrovirais pode reduzir o risco de infecção da aids. Os resultados preliminares da pesquisa foram apresentados durante a Conferência Internacional sobre a doença, realizada em Viena, na Áustria. De acordo com informações das Nações Unidas, o gel pode diminuir em 39% as chances de mulheres contraírem o vírus HIV

Desigualdade

Dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) revelaram que o Brasil tem o terceiro pior índice de desigualdade em toda a América Latina e do Caribe, abaixo apenas da Bolívia e do Haiti. O índice de Gini - que mede o grau de desigualdade de cada nação - ficou em 0,56 no Brasil, enquanto o Haiti registrou 0,59 e a Bolívia, 0,6. Quanto mais próximo de 1, mais desigual o país.



PANORAMA REGIONAL

Fernando De Maria

fernando@boqnews.com

Primo pobre, primo rico

Balança, mas não cai era um programa que iniciou no rádio, na extinta Rádio Nacional, e depois ganhou destaque na TV Globo. Paulo Gracindo (primo rico) e Brandão Filho (primo pobre) interpretavam os personagens que marcaram época.

Saindo da ficção e entrando na realidade, percebe-se o quanto tais cidadãos fazem parte do cotidiano social. E na política tal situação fica bem evidenciada.

Ao analisar as declarações de bens divulgadas pelos candidatos da Baixada Santista junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral percebe-se o abismo financeiro entre eles. Dos milionários aos sem bens.

Dois deles, ex-prefeitos, tem patrimônios declarados superiores a R\$ 16 milhões. De imóveis a fazendas, com direito a cabeças de gado e sacas de soja. Sem dúvida, fruto de anos de labuta e sabedoria em saber multiplicar seus negócios.

Um deles, por exemplo, ficou em 13º lugar (e o segundo do estado) entre os parlamen-

tares que mais acumularam dinheiro em quatro anos, segundo levantamento divulgado pela revista Época, publicado no último final de semana. O patrimônio saltou de R\$ 11 milhões para R\$ 16 milhões em quatro anos, um aumento mensal de R\$ 100 mil. Verdadeira multiplicação dos bens...

Outros, por sua vez, têm o hábito de guardar dinheiro em casa. Ou no colchão. A atitude não se restringe aos atuais parlamentares (um declarou ter R\$ 182 mil em casa!). Até neófitos na política têm o hábito um tanto esquisito de guardar tantas notas de reais nos seus doces lares. Um pleiteante informou ter R\$ 284 mil em espécie. Não sabe que se este dinheiro estivesse rendendo na poupança garantiria uma renda extra de R\$ 1.700 mensais. Melhor que deixar em casa.

Se por um lado existem os candidatos ricos, também existem os "sem nada a declarar". Pelo menos 22 deles não informaram bens ao TSE. Existem também disparidades. Uma candidata lançou o valor do seu imóvel, em Praia

Grande, avaliado em dez centavos. Deve ter errado na hora de digitar os números...

Na verdade, a divulgação dos dados é ficcional. Desde 2002, o TSE obriga os candidatos a cargos eletivos a declarar bens, porém a lei tem falhas. Não há obrigatoriedade de repetir a declaração do Imposto de Renda. "É um convite à ocultação do patrimônio", explicou o diretor da ONG Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramó de revista Época. Além disto, a Justiça Eleitoral não tem, como a Receita, poder ou recursos para checar se os candidatos estão escondendo patrimônio.

Portanto, a única informação útil para eleitor é que se um candidato esconde seus bens, certamente tem muito mais o que esconder caso entre ou esteja na política. Uma questão de princípios. Quem quiser conhecer melhor e comparar o patrimônio dos pleiteantes, basta acessar www.tse.jus.br.

Fernando De Maria é jornalista e professor universitário